



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
6ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - 2º Piso - Centro - Boa Vista/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4796 - E-mail: 6civelresidual@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0822937-61.2019.8.23.0010

SENTENÇA

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório c/c dano moral proposta por VICENTE ESTEVÃO BRITO DE LIMA, em desfavor da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em razão de acidente de trânsito. Afirma a parte autora que o evento lhe resultou numa debilidade descrita na inicial.

Ademais, relata que a parte ré efetuou o pagamento administrativo do seguro aquém do valor devido. Desta forma, requer a condenação da parte ré ao pagamento referente a diferença entre o indenizado e o valor devido.

A parte ré apresentou resposta escrita, EP 8, aduzindo, em síntese, que demonstrou o total descabimento da presente demanda, bem como informou que realizou o pagamento administrativo. Contudo, pugna para que no caso de condenação, seja aplicada a tabela de quantificação da invalidez. Por fim, requereu a improcedência da ação.

Foi realizado exame pericial na parte autora, com o fito de aferir a lesão e a debilidade supostamente gerada, estando o laudo pericial juntado aos autos (EP 27).

Intimadas acerca do laudo, a parte requerida impugnou o laudo (EP 32).

Após, foram prestados os devidos esclarecimentos pelo expert (EP 41), sendo as partes devidamente intimadas.

Vieram conclusos.

É o breve relatório. Decido.

A parte autora ingressou com a ação apresentando os documentos necessários, tais como o pedido administrativo, verifico que a mesma preenche os requisitos do art. 330, §1º, do CPC.

Ressalto que o laudo do IML não é documento indispensável ao ajuizamento da ação, podendo ser suprido por outros elementos, inclusive a prova pericial. A extensão da incapacidade e o nexos causal com o acidente de trânsito descrito na inicial deve ser objeto de perícia médica, ficando, portanto, afastada tal alegação.

No que diz respeito à impugnação ao Boletim de Ocorrência, não merece guarida a pretensão da parte

requerida, tendo em vista que a documentação colacionada aos autos demonstra a ocorrência do acidente de trânsito e as lesões daí decorrentes. Portanto, há cobertura pelo seguro obrigatório DPVAT.

Por fim, reputo desnecessária a produção de prova oral com depoimento pessoal do autor, o que desde já INDEFIRO o pedido do requerido, nos termos do artigo 370 do CPC. Portanto, se mostra inútil no caso em tela, cabendo ao Juiz determinar as provas necessárias à instrução do feito, indeferindo as diligências inúteis ou protelatórias.

DA IMPUGNAÇÃO AO LAUDO

Nos termos do artigo 480, do CPC, o juiz só determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida.

Em que pese os argumentos trazidos pela requerida quanto a ausência de lesão abdominal (EP 45), quando da impugnação ao laudo apresentado no EP 27, este foi devidamente esclarecido pelo perito (EP 41). Trata-se de lesão abdominal em decorrência de perda do baço ocasionada por retirada cirúrgica (esplenectomia), conforme aponta o Boletim Operatório constante do EP 1.8.

Ressalte-se que, ao contrário do que afirma a requerida, as lesões sofridas não encontram-se no mesmo segmento, por se tratarem de lesões distintas na tabela de quantificação do DPVAT, devendo ser examinadas separadamente.

Desse modo, considerando que o autor recebeu R\$ 1.350,00 na via administrativa, em razão da retirada cirúrgica do baço, tem direito ao recebimento do valor correspondente à lesão da estrutura abdominal, conforme laudo pericial, de modo que não assiste razão a impugnação do requerido.

Passo a análise do mérito.

O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de produção de outras provas.

Pois bem.

Verifico ainda que a matéria quanto ao pagamento proporcional ao grau de invalidez já foi pacificada pelo STJ com a edição do verbete sumular nº 474, cujo teor é o seguinte:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Destarte, em caso de invalidez permanente parcial incompleta, deverá ser efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na tabela anexa à Lei n.º 6.194/74.

No caso *sub judice*, o percentual a que se chega em razão da **lesão** apontada nos autos é de 100% de R\$ 13.500,00. Em seguida, consoante inciso II, do art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, reduz-se o valor acima



para 75%, em razão da graduação a que se chegou na perícia médica realizada, totalizando um valor de R\$ 10.125,00.

DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Não há como reconhecer a ocorrência de litigância de má-fé, pois o caso não se amolda a nenhuma das tipificações previstas pelo art. 80 do Código de Processo Civil, o que afasta a possibilidade de se aplicar as respectivas sanções no presente feito.

DO DANO MORAL

Por fim, não merece prosperar o pedido quanto ao dano moral, ora pleiteado, que deve ser reconhecido naqueles casos em que a pessoa é lesada em sua imagem, honra, moral, reputação ou credibilidade no mercado. Para que isto ocorra, há a necessidade de comprovação de situação vexaminosa à vítima, que a exponha a constrangimento exacerbado, vexatório.

Ocorre que na presente hipótese não verifico qualquer sofrimento psicológico decorrente da conduta imputada ao requerido, uma vez que houve a perícia de médica e o devido pagamento em sede administrativa, agindo o requerido no estrito cumprimento do dever legal..

Portanto, seu pedido ser acolhido para impor o pagamento do valor acima auferido.

Do exposto, JULGO O PEDIDO PARCIALMENTE PROCEDENTE, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida ao pagamento de R\$ 10.125,00 com juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, e correção monetária, de acordo com a tabela adotada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, a partir do evento danoso (data do acidente).

Em face da sucumbência mínima do requerido, condeno a parte autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, consoante art. 85, § 2º, do CPC. Sendo a parte beneficiária da gratuidade da justiça, deverá ser observado o disposto o art. 98, § 3º, do CPC.

Caso os honorários periciais já tenham sido depositados, expeça-se alvará em favor do perito.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Data constante no sistema.

PHILLIP BARBIEUX SAMPAIO

Juiz Substituto – Respondendo pela 6ª Vara Cível

